

A Agrofloresta combate a fome

A agricultura familiar desenvolvida no assentamento Mario Lago produz alimentos orgânicos de baixo custo, além de garantir a proteção de mananciais de água potável

Paulo Ricardo

UNAERP/ Ribeirão Preto

Alimentos frescos e orgânicos produzidos de maneira ecológica e familiar abastecem a merenda escolar de Ribeirão Preto e de outras cinco cidades da região, além de proteger importante local de recarga do Aquífero Guarani. A Cooperativa Comuna da Terra conta com cerca de 250 famílias produtoras e se localiza no assentamento Mario Lago do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que fica entre a rodovia Anhanguera e às margens do rio Pardo. Em contraste com a concentração do agronegócio, a agricultura familiar agroecológica apresenta resultados expressivos na redução da desigualdade, têm contribuído na distribuição de alimentos, além de atuar em favor do meio ambiente. No caminho até a sede principal da cooperativa é possível encontrar um grande contraste de paisagens dentro do território ribeirão-pretano. O desvio para o que a princípio parece uma estrada de terra comum, segue para uma extensa via composta por pequenas residências repletas de plantações de hortaliças, legumes, bananeiras, mangueiras, uma imensa variedade de produtos. A região de 1.540 hectares compõe o assentamento Mario Lago, onde residem as famílias associadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Toda a colheita produzida semanalmente pelas famílias é coletada e organizada na sede

do assentamento em um galpão construído pela comunidade através de mão de obra comunitária. O estilo de vida do assentamento instiga a curiosidade, visto que em contraste com a “terra do agronegócio”, como é conhecida a região de Ribeirão Preto, o sistema de produção agroecológico mostra alternativas na produção de alimentos orgânicos. Diferente da produção modernizada encontrada na região, os produtores da cooperativa utilizam métodos sustentáveis em comunhão com a biodiversidade da região. A agroecologia dispensa o uso de agrotóxicos nas lavouras, utilizando do conhecimento da flora local para combater pragas que afetam a produção. Por exemplo, o Pulgão que em muitos casos atinge o cultivo das hortaliças como a alface, almeirão e a rúcula, é facilmente combatido através do controle biológico com o plantio de uma de uma árvore mais atrativa de nutrientes ao inseto a pouco mais de um metro de distância da lavoura.

De acordo com Zaqueu Miguel, produtor do assentamento, toda a colheita da comunidade é recolhida, higienizada e separada semanalmente. Parte da produção é comercializada em formas de cestas agroflorestais, nas quais os co-produtores, como são chamados seus clientes, pagam uma quantia mensal e recebem cerca de 5,5kg de alimentos que podem ser recolhidos em pontos de coleta na cidade ou entregues nas residências por uma taxa adicional. Zaqueu conta que o restante da produção é comercializado de acordo com as leis previstas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que objetiva oferecer alimentação

2°
LUGAR



Lucinei Ferreira separa a produção de hortaliças higienizadas e encaixotadas para a distribuição

escolar e ações de educação alimentar e nutricional a todas as etapas da educação básica pública. Com a Lei no 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Zaqueu conta que “independente se um produtor colheu 3 mangas e outro colheu 50 mangas, o valor repassado da venda será dividido igualmente entre as famílias”. O produtor ainda afirma que “a agricultura familiar e o sistema agroecológico tem potencial de produzir comida para alimentar a humanidade inteira”.

Cooperativas como a Comuna da Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e iniciativas de agricultura familiar levantam bandeiras quanto à soberania alimentar. O movimento defende medidas e leis que fortaleçam o apoio público à produção campestre que mostra resultados no combate à pobreza e à fome no Brasil. Desde a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), em 2003, a preocupação com a segurança alimentar é assegurada pela Lei nº 11.346/2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O artigo quinto prescreve que “a consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia das decisões sobre a produção e o consumo de alimentos”. Em meio às diversas ações do Consea, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em conjunto com o PNAE, são programas que constituem uma solução em respostas



O produtor explica que mesmo com a seca e a diminuição das chuvas, o solo continua úmido por conta do ciclo biodigestivo dos nutrientes e materiais biológicos

aos problemas de insegurança alimentar no país, agravados pela pandemia do covid-19. De acordo com Paulo Eduardo Moruzzi Marques, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, “assistimos nos últimos anos ao desmonte do PAA e do conjunto dos dispositivos de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.” Segundo ele, a extinção do Consea nos primeiros anos do atual governo federal representa um fechamento de portas para a participação social na concepção e gestão de políticas públicas de segurança alimentar. ■